



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

EXÉRCITO PORTUGUÊS


ACADEMIA MILITAR

GABINETE DO COMANDANTE

INFORMAÇÃO Nº: GC-2018-000021	
Procº: 00.535.0181	Data: 10 de Janeiro de 2018
Assunto: Republicação da Regulamento de Atribuição da Insignia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar	
Refª (s): a) Despacho nº200/CEME/2002 de 15 de novembro; b) Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março; c) Decreto-Lei nº 27/2010, de 31 de março.	

Despacho de Sua Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército:

Aprova como proposto,
12.01.18
UF

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS ACADEMIA MILITAR	Informação nº GC-2018-000021	Folha 2 de 3
	Processo: 00.535.0181	Data: 20 de janeiro 2018

1. FINALIDADE


Submeter à aprovação superior a republicação da Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar.

2. SITUAÇÃO

- As alterações ocorridas no âmbito do enquadramento legal dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM), com particular incidência na missão e estrutura da Academia Militar, tornam necessária a revisão do vigente Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Universitário Militar, aprovado por Despacho nº200/CEME/2002 de 15 de novembro.
- A atribuição à Academia Militar do ensino inerente aos Mestrados Integrados em Ciências Militares, nas especialidades de Segurança e de Administração da Guarda Nacional Republicana (Decreto-Lei nº 27/2010, de 31 de março), conduziram à inclusão, no Corpo Docente da Academia Militar, de professores da Guarda Nacional Republicana, não considerados no enquadramento legal do anterior regulamento.
- A implementação do novo modelo de organização do ensino superior, resultante da aplicação dos princípios estabelecidos pela Declaração de Bolonha, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, implicou a reestruturação dos Ciclos de Estudos ministrados na Academia Militar, passando as unidades curriculares a ter uma duração semestral, e não anual como do antecedente.

3. ANÁLISE

- A atribuição da Insígnia de Professor da Academia Militar deverá abarcar todos os docentes, das Forças Armadas e da GNR, que prestam serviço docente na Academia Militar, contribuindo deste modo para a captação e cativação de professores com as categorias e habilitações requeridas, dignificando cumulativamente o serviço docente.
- O serviço docente prestado deverá ser quantificado em termos de semestres, e não em anos letivos, espelhando deste modo a presente estrutura curricular dos Ciclos de Estudos ministrados na AM.
- O Ensino Superior Público Universitário Militar engloba igualmente a Academia da Força Aérea (AFA), a Escola Naval (EN) e o Instituto Universitário Militar (IUM), pelo que a atual designação de “Insígnia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar”, para além de

 MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL EXÉRCITO PORTUGUÊS ACADEMIA MILITAR	Informação nº GC-2018-000021	Folha 3 de 3
	Processo: 00.535.0181	Data: 20 de janeiro 2018

extensa, facilmente poderá ser confundida com galardões concedidos por tais entidades, já que coloca a tónica no Ensino Superior Público Universitário Militar.

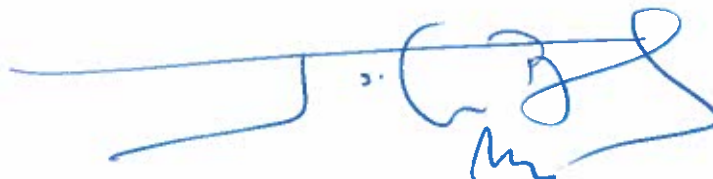
- d. Face à necessidade de cumprir os rácios de Professores Doutores definidos pela A3ES, bem como meio de motivar o apoio letivo de docentes externos, poderá ser ponderada a atribuição de insígnias diferenciadas (ex: fundo azul, com diamante, ou outras). Situação que está a ser trabalhada no âmbito do IUM.

4. PROPOSTA

Tendo em consideração o anteriormente exposto, o atual regulamento necessita de ser atualizado, pelo que se propõe a republicação do Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar, nos termos apresentados em anexo, que contempla a inclusão dos docentes militares da GNR e a sistematização dos semestres na atribuição da referida insígnia.

À consideração superior

O COMANTANTE



João Jorge Botelho Vieira Borges

MGen

Anexos:

A - Republicação da Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar

Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército

Despacho n.º /2017

Republicação da Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Público Universitário Militar da Academia Militar.

Em conformidade com as alterações ocorridas no âmbito do enquadramento legal dos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Militar (EESPM), com particular incidência na missão e estrutura da Academia Militar, revela-se necessária a revisão do vigente Regulamento de Atribuição da Insígnia de Professor do Ensino Superior Universitário Militar, aprovado por Despacho nº200/CEME/2002 de 15 de novembro.

Das alterações que motivam a republicação em apreço, destaca-se a atribuição à Academia Militar do ensino inerente aos Mestrados Integrados em Ciências Militares, nas especialidades de Segurança e de Administração da Guarda Nacional Republicana (Decreto-Lei nº 27/2010, de 31 de março), que conduziram à inclusão, no Corpo Docente da Academia Militar, de professores da Guarda Nacional Republicana, não considerados no enquadramento legal do anterior regulamento.

Cumulativamente, a implementação do novo modelo de organização do ensino superior resultante da aplicação dos princípios estabelecidos pela Declaração de Bolonha, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, implicou a reestruturação dos Ciclo de Estudos ministrados na Academia Militar, passando as unidades curriculares a ter uma duração semestral, e não anual como do antecedente.

Face ao exposto, de modo a captar e cativar professores com as categorias e habilitações requeridas, dignificando cumulativamente o serviço docente na Academia Militar, pretende-se reconhecer os respetivos préstimos através da atribuição da Insígnia de Professor da Academia Militar.

Artigo 1º

Finalidade e âmbito

1. O presente regulamento tem por finalidade estabelecer as condições em que é atribuída a Insígnia de Professor da Academia Militar.
2. O presente regulamento aplica-se aos oficiais, das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, que desempenham ou desempenharam funções de docência no âmbito dos Departamentos Científicos da Academia Militar, nas seguintes condições:
 - a. No âmbito dos Mestrados Integrados ou Pós-Graduações;
 - b. Num total de 6 semestres letivos, sucessivos ou alternados.

Artigo 2º

Natureza

1. A Insígnia de Professor da Academia Militar é atribuída por Despacho do Comandante da Academia Militar, mediante proposta do Diretor de Ensino.
2. Podem fazer uso da insígnia Professor da Academia Militar todos os docentes militares agraciados com esta distinção, nos termos enunciados no Artigo 1º.
3. A insígnia de Professor da Academia Militar é atribuída, por inerência de funções, ao Comandante da Academia Militar e ao Diretor de Ensino.
4. A insígnia de Professor da Academia Militar é envergada nos uniformes nº 1 e nº 2, em quaisquer das suas versões previstas no Regulamento de Uniformes do Exército.

Artigo 3º
Modelo de Insígnia

A insígnia de Professor da Academia Militar (Fig.1), em conformidade com o Regulamento de Heráldica do Exército, aprovado por Portaria nº 213/87 de 24 de março, é materializada por um escudo de Armas da Academia Militar (de vermelho, um leão rampante de ouro, segurando na garra dianteira dextra uma espada antiga, com lâmina de prata, guarnecida, empunhada e maçanetada de ouro e na garra dianteira sinistra um livro aberto, de ouro); sotoposto ao escudo dois ramos de palma.



Fig.1 - Insígnia de Professor da Academia Militar

Artigo 3º
Disposições finais

Caso a insígnia de Professor da Academia Militar não tenha sido atribuída e o militar satisfaça os requisitos enunciados no artigo 1º, pode a mesma ser requerida (por escrito) ao Diretor de Ensino da Academia Militar.